

Notas e Informações

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO

Um governo que ouve piadas

O presidente José Sarney, num desabafo depois das primeiras informações sobre o índice inflacionário de março, declarou que o governo se retiraria das negociações salariais. Posteriormente, reagindo à decisão do Fórum Informal dos Empresários paulistas no sentido de não mais participar das negociações do chamado *Pacto Social*, o presidente da República fixou em 13,6% o índice de reposição salarial e afirmou que não cede a pressões. Entre a inquietação do fim de março e o rompante do começo de abril, os empresários e as lideranças sindicais não saberão que caminho tomar.

Entre a cruz e a caldeirinha, os empresários paulistas atenderão ao apelo do presidente da CNI, os líderes sindicais conversarão com a ministra do Trabalho e o País continuará sem saber para onde vai. Nessa indecisão, evidentemente a desvantagem está com os empresários: os líderes sindicais, se não gostarem dos 13,6%, sentir-se-ão à vontade para convocar mais uma greve geral patrocinada por alguns poderes municipais e estaduais complacentes; o governo, se insistir no índice, fará uma medida provisória e encontrará maneiras de convencer o Congresso de que ou é isso, sem repasse para os preços, ou será a hiperinflação, o caos social e o fim da democracia. Os empresários, o máximo que poderão fazer, discordando, será cobrar ágio (com a Polícia Federal e a Sunab autuando todos), ou *maquilar* os produtos (o que levará o presidente Sarney a editar aquela preciosidade de medida provisória cassando dos empresários e comerciantes o direito de exercer a profissão, afora prender todos).

Assim marcha a economia num país em que o presidente, quando deprimido, diz coisas sensatas, que é retirar o governo das negociações salariais e deixar que as partes se entendam na livre negociação; quando exaltado por qualquer motivo, impõe uma vontade e índices que lhe fornecem para que repita, a fim de impressionar a platéia. Enquanto a opinião pública não sabe que atitude tomar, a sra.

Dorothéa Werneck se esforça para conversar com uns e outros, na tentativa de evitar um agravamento desnecessário da situação. A política do Executivo no tocante a salários é tão desnorteada, que no governo já se começa a dizer que a ministra fala demais. Seria ela, ou o presidente?

Na realidade, enquanto o governo não adotar uma decisão sobre o que pretende fazer com os salários, todos viverão nesse clima de incerteza e insegurança — clima esse agravado por uma sucessão de greves, algumas absolutamente sem razão econômica, como estas que ocorrem no sistema de trens suburbanos do Rio e se registraram no de São Paulo, ou a dos médicos paulistas, ou dos médicos de Pernambuco, ou de mais alguém que, hoje ou amanhã, invocará este ou aquele pretexto para paralisar o trabalho.

Se o presidente ouvisse o que o povo diz — e não quisesse imitar Getúlio Vargas, difundindo a notícia de que conhece todas as anedotas populares a seu respeito —, teria plena consciência de que a população brasileira está farta dessas experiências de congelar preços. O homem do povo conhece um pouco mais de economia do que os técnicos do governo, e sabe que quando se congelam preços o resultado é escassez, ágio ou *maquilagem*. E por ter experimentado isso duas vezes, e estar vivendo a terceira experiência, o povo indaga-se dos motivos que levam o governo (Executivo e Legislativo) a impor-lhe o sacrifício da escassez.

O quadro geral é tendente a fazer o povo a descrever da democracia — esse é o aspecto negativo de tudo isso (dando de barato que a economia, pela terceira vez em três anos, caminha para a desorganização!). Aliás, não se pode depositar irrestrita confiança nas instituições se o Executivo tem esse tipo de conduta (ameaça retirar-se das negociações e depois ameaça empurrar um reajuste goela abaixo dos empresários) e o Congresso age de maneira igualmente desconcertante, ora votando contra a política econômica do Execu-

tivo ao recriar empresas já extintas, ora votando a favor dessa política, ao aprovar voto a projeto do Congresso que fixava em níveis excessivamente altos o salário mínimo. A conduta do Congresso é incompreensível: num momento, ele é defensor dos funcionários que teoricamente ficarão desempregados; noutro, é tão duro quanto o Executivo. É difícil entender tal atitude contraditória — a menos que se aceite como verdadeira a maldosa insinuação segundo a qual deputados e senadores, rejeitando o voto, temeram que a elevação do salário mínimo de suas empregadas domésticas provocasse rebelião familiar semelhante à que ocorre na peça clássica grega.

Maldades e anedotas à parte, agora o Executivo negocia num sala com os empresários e depois, noutra sala, com os líderes sindicais. A rigor, a ministra Dorothéa Werneck deveria poupar-se desse constante ir e vir e solicitar ao presidente Sarney que dissesse qual é sua palavra final sobre o assunto. Seria muito mais fácil começar a discutir sabendo o que o chefe do governo pensa e o que julgam de tudo isso os líderes do Congresso, que terá de aprovar qualquer política salarial.

A política no Brasil está de tal maneira desvirtuada, sem grandeza, que nem assuntos sérios são negociados com seriedade. Tudo se faz sob pressão e sob temor, malgrado o que diga em contrário o presidente da República. O sr. Albano Franco, presidente da CNI, que insiste em que os empresários paulistas voltem a negociar, resumiu bem a situação: se com negociação a situação é difícil, imagine-se sem ela!

Nesse clima, em que posições de princípio quando fixadas pelo empresariado são tomadas como manifestação de intransigência, e quando alardeadas pelos sindicalistas são vistas como meras reivindicações, não há como esperar que as coisas se resolvam. Especialmente quando não se sabe o que pretende o presidente, que agora se compraz em ouvir piadas que circulam a seu respeito...